



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO - 0010

[A partir de 3001 processos]

Aos 05 dias do mês de julho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 06/2017, divulgado em 07/06/2017 no DEJT (Edição 2243/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 15). Presentes a Juíza Titular DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa KARINE DA JUSTA TEIXEIRA ROCHA e a Juíza Substituta REBECA SABIONI STOPATO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	CORUMBATAI, SANTA GERTRUDES, RIO CLARO, ITIRAPINA, IPEUNA
Lei de Criação:	3.873/61
Data de Instalação:	24/11/1962
Data de Instalação do PJE:	28/05/2014
Data da Última Correição:	29/08/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	23 %
Acervo PJe/Acervo Total:	77 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/05/2016 a 16/08/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/07/2016 a 16/08/2016	FERIAS
17/08/2016 a 18/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/09/2016 a 20/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/09/2016 a 28/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
29/09/2016 a 16/10/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/10/2016 a 15/11/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/11/2016 a 17/11/2016	FERIAS
18/11/2016 a 18/11/2016	FERIAS
21/11/2016 a 23/11/2016	FERIAS
24/11/2016 a 24/11/2016	FERIAS
09/01/2017 a 07/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/02/2017 a 08/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
06/03/2017 a 04/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
05/04/2017 a 05/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
29/05/2017 a 26/06/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2016 a 25/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	13/05/2016 a 16/08/2016
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	16/09/2016 a 20/09/2016
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	23/09/2016 a 25/09/2016
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	29/09/2016 a 15/11/2016
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	16/11/2016 a 17/11/2016
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	18/11/2016 a 18/11/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CRISTIANE HELENA PONTES	08/02/2017 a 08/02/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	09/02/2017 a 09/02/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	21/09/2016 a 28/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	07/01/2017 a 08/01/2017
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	09/01/2017 a 07/02/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2016 a 25/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
JOSE ANTONIO DOSUALDO	17/08/2016 a 18/09/2016
JOSE ANTONIO DOSUALDO	19/10/2016 a 17/11/2016
JOSE ANTONIO DOSUALDO	18/12/2016 a 19/12/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
KARINE DA JUSTA TEIXEIRA ROCHA	07/01/2016 a 19/12/2016
KARINE DA JUSTA TEIXEIRA ROCHA	07/01/2017 a 26/06/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS
18/11/2016 a 18/11/2016	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
17/05/2017 a 15/06/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	13/03/2017 a 05/04/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCIENE TAVARES TEIXEIRA	17/04/2017 a 16/05/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2016 a 25/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MICHELE DO AMARAL	29/05/2017 a 18/06/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	18/11/2016 a 27/11/2016
RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	07/12/2016 a 11/12/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
REBECA SABIONI STOPATTO	06/03/2017 a 12/03/2017
REBECA SABIONI STOPATTO	19/06/2017 a 26/06/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	17/05/2017 a 15/06/2017
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	16/06/2017 a 18/06/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANDRE LUIZ FERNANDES ROCHA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	18/08/2005
ANTONIO ABEL DE LUCCA JUNIOR	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/05/2010
BARBARA PADOVANI MINHOLO HOFFMANN	REQ	FC-02 ASSISTENTE	01/07/2003
BRUNO FLORES LIMA	AJ-OJA	-	07/01/2016
DANIEL CARLOS ALVES DE PILLA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	06/08/2007
DARCI CESAR DE LIMA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	11/10/2007
EDSON BANDEIRA DE ALMEIDA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	07/01/2011
ELIZABETE ANDRADE MENDES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	19/04/2007
FABIO PEREIRA DA SILVA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	17/05/2012
MARCIUS AUGUSTUS AUM PATRIZI	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	01/12/2004
MARIA ROSA PIMENTEL PEREIRA LIMA	AJ-OJA	-	02/08/1993
MARIANGELA MIRANDA DUARTE	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	22/03/2004
MAURICIO APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	23/08/2006
MICHELLI CRISTINA BORGES SAMPAIO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	03/06/2009
REGINA CELIA BERNARDI JORGE	REQ	FC-01 EXECUTANTE	07/01/2010
RENATO FERNANDES DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	08/11/2013
RINALDO PISTOLINI	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	21/05/2005
ROGERIO ALEXANDRE BRANDAO GARCIA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	08/07/2015
SUZETE CRISTINA TEIXEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	19/04/2007
VERONICA CRISTINA PETRUZ DE SOUZA	TJA	FC-04 CALCULISTA	07/03/1995
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			9
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			19-20 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	5
LICENÇA MÉDICA/RGPS	15
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	141
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	11
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	17
TOTAL	190



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ALINE BOSSOLANI PINTO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
CAROLINE VANESSA BONALDO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI	48
JOSE ANTONIO DOSUALDO	40
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	292
RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	30

SERVIDORES	HORAS
ANDRE LUIZ FERNANDES ROCHA	80
ANTONIO ABEL DE LUCCA JUNIOR	220
BRUNO FLORES LIMA	40
RENATO FERNANDES DE OLIVEIRA	7
ROGERIO ALEXANDRE BRANDAO GARCIA	15
VERONICA CRISTINA PETRUZ DE SOUZA	115



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.042	2.342	---
	Aguardando encerramento da instrução	922	1.172	---
	Aguardando prolação de sentença	413	220	---
	Aguardando cumprimento de acordo	606	388	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	6.147	5.952	---
	Pendentes de finalização		6.189	6.111
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	1.117	612	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	1.415	679	---
	Pendentes de finalização	2.064	1.046	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.248	1.471	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1.175	867	---
	Pendentes de finalização	2.272	1.603	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	60	---
TOTAL		10.526	8.821	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	425	447	211
Exceções de Incompetência	9	7	7
Antecipações de Tutela	512	527	30
Impugnações à Sentença de Liquidação	37	17	31
Embargos à Execução	122	72	114
Embargos à Arrematação	2	0	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	2	5
TOTAIS	1.110	1.072	400



6 - RECURSOS [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.135	917	513
Recurso Adesivo	61	43	33
Agravo de petição	59	33	39
Agravo de Instrumento	15	2	16
TOTAIS	1.270	995	601



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	669	218	280	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.033	334	403	---
Total / Média	2.702	305	373	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	650	230	288	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.868	369	416	---
Total / Média	2.518	333	384	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	297	45	33	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.254	75	46	---
Total / Média	1.551	69	43	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	217	259	244	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	926	274	259	---
Total / Média	1.143	271	255	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	318	2.872	2.207	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	13	2.125	1.171	---
Total / Média	331	2.842	2.145	---

*Do início até a extinção da execução

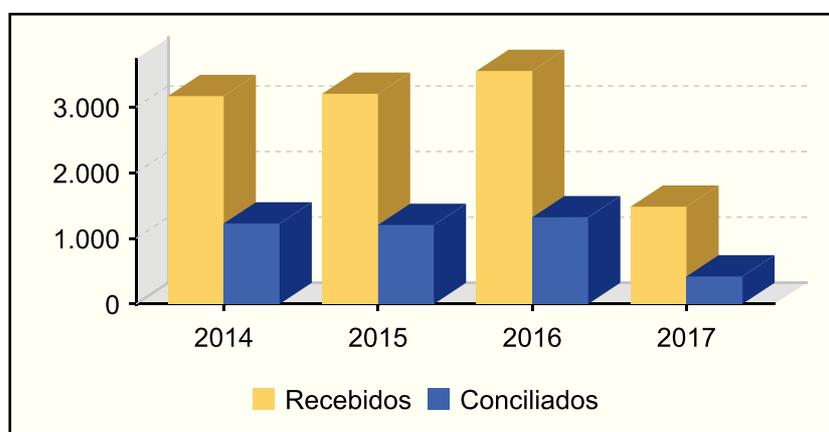


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

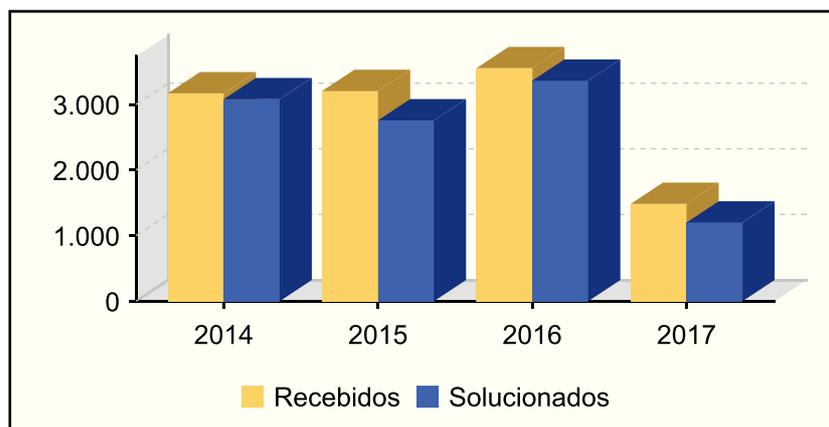
8.1 - Índice de conciliações [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	3.170	1.228	38,74
2015	3.205	1.205	37,60
2016	3.553	1.322	37,21
2017	1.484	421	28,37



8.2 - Índice de soluções [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	3.170	3.080	97,16
2015	3.205	2.758	86,05
2016	3.553	3.363	94,65
2017	1.484	1.200	80,86



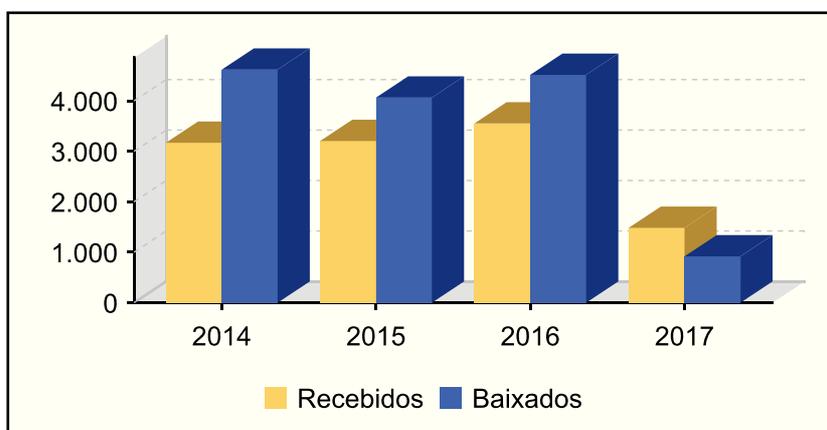


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

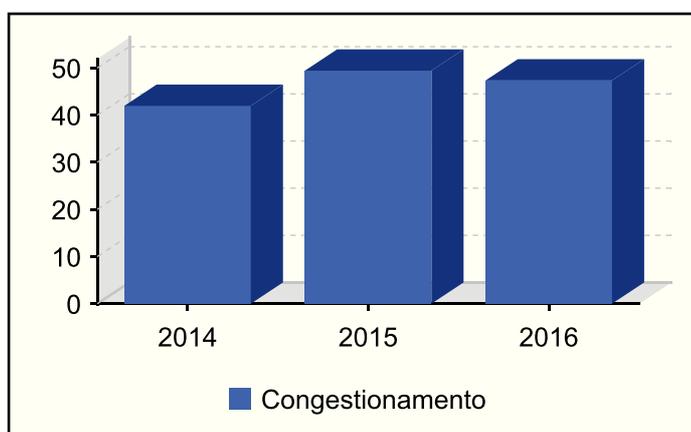
8.3 - Índice de baixas [até 05/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	3.170	4.619	145,71
2015	3.205	4.065	126,83
2016	3.553	4.516	127,10
2017	1.484	919	61,93



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.138	3.170	3.080	41,97
2015	2.250	3.205	2.758	49,44
2016	2.836	3.553	3.363	47,36

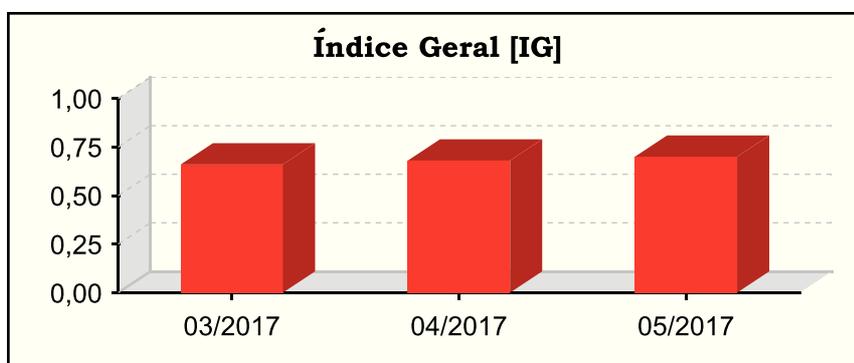
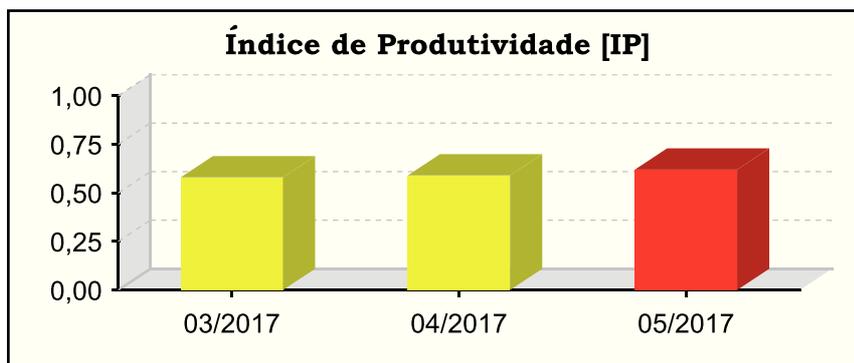
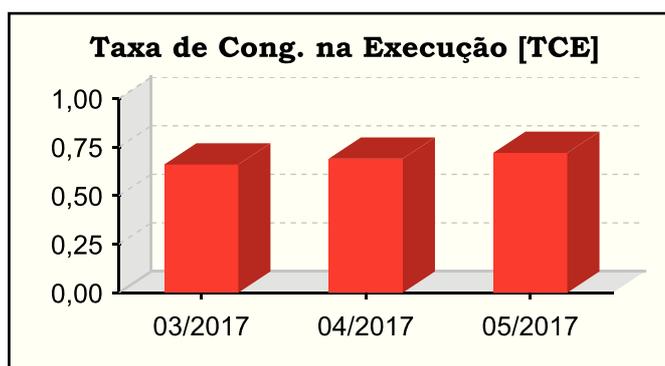
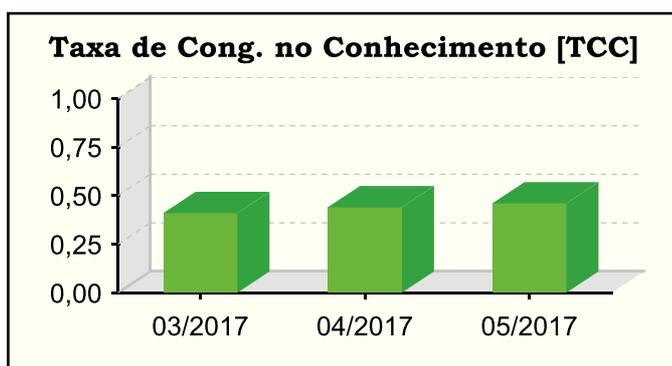




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
03/2017	0,41	0,66	0,58	0,66
04/2017	0,44	0,69	0,59	0,68
05/2017	0,46	0,72	0,62	0,70





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.208	100,7	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.530	127,5	62,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.738	228,2	111,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	375	31,3	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	1.234	102,8	50,4
Dias-Juiz	734	61,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.425	92,5	49,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	19.479	124,9	67,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	33.904	217,3	116,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.733	43,2	23,2
Incidentes Processuais Resolvidos	12.756	81,8	43,9
Dias-Juiz	8.709	55,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.571	71,1	45,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	146.901	80,0	51,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	277.472	151,1	97,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.128	27,3	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	104.740	57,0	36,7
Dias-Juiz	85.585	46,6	---

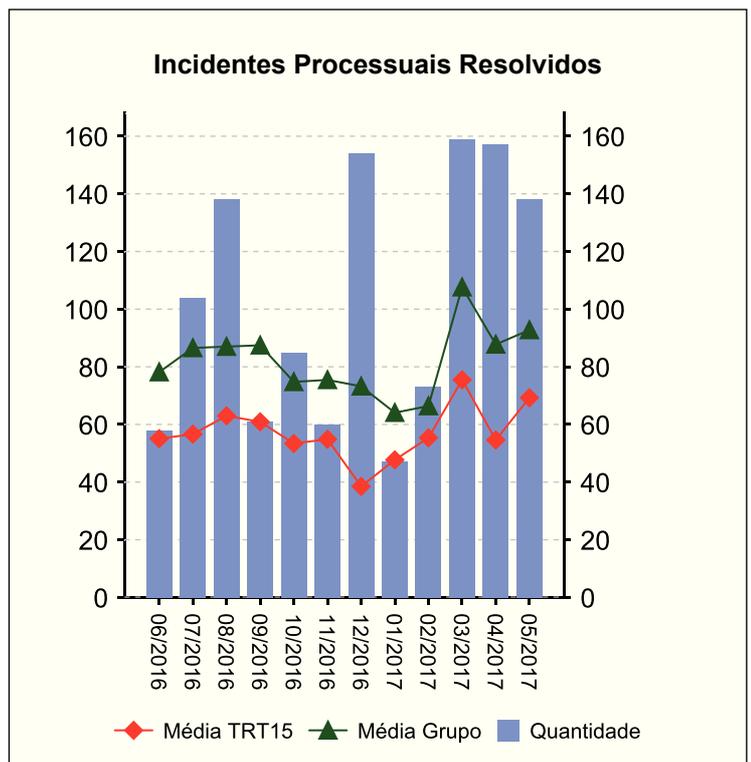
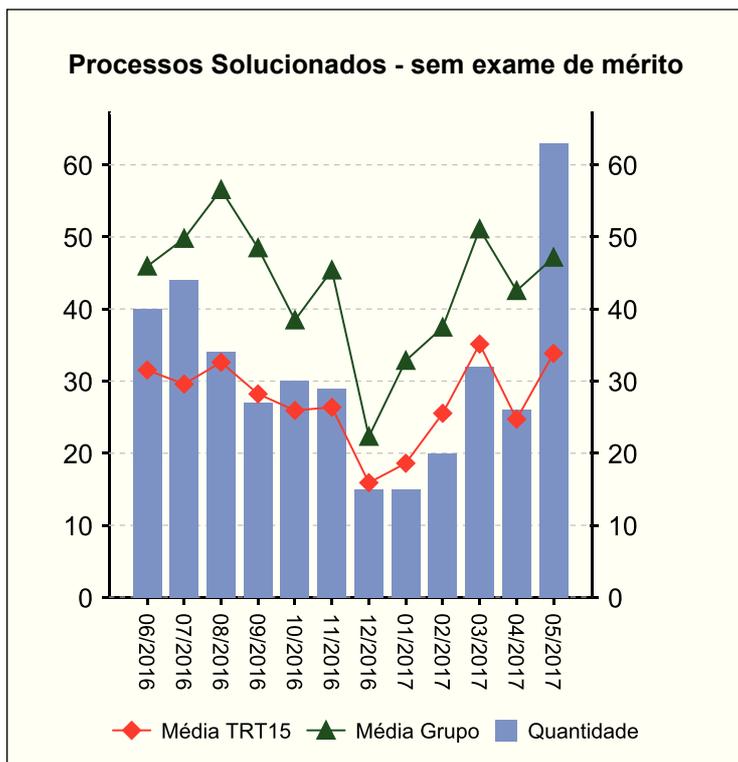
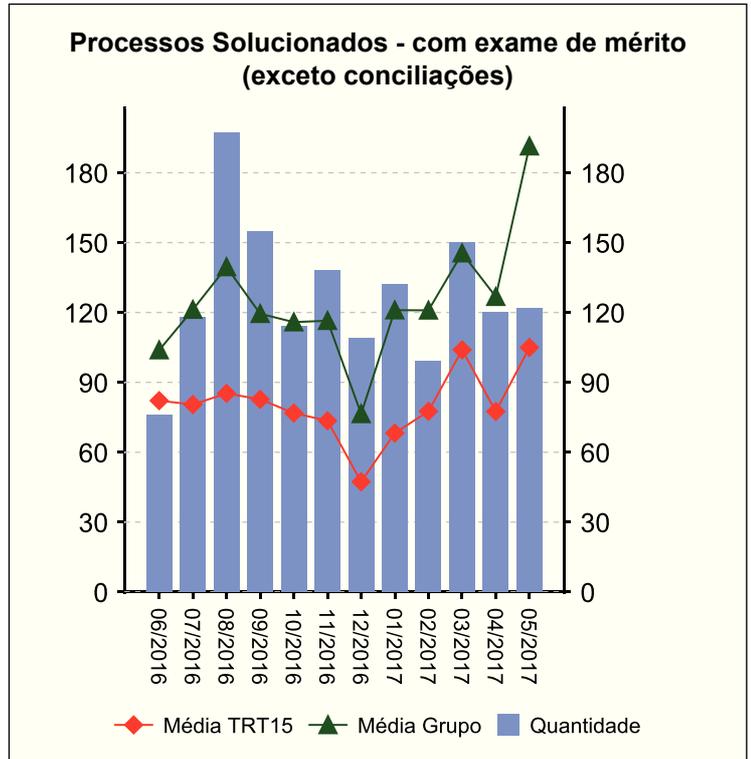
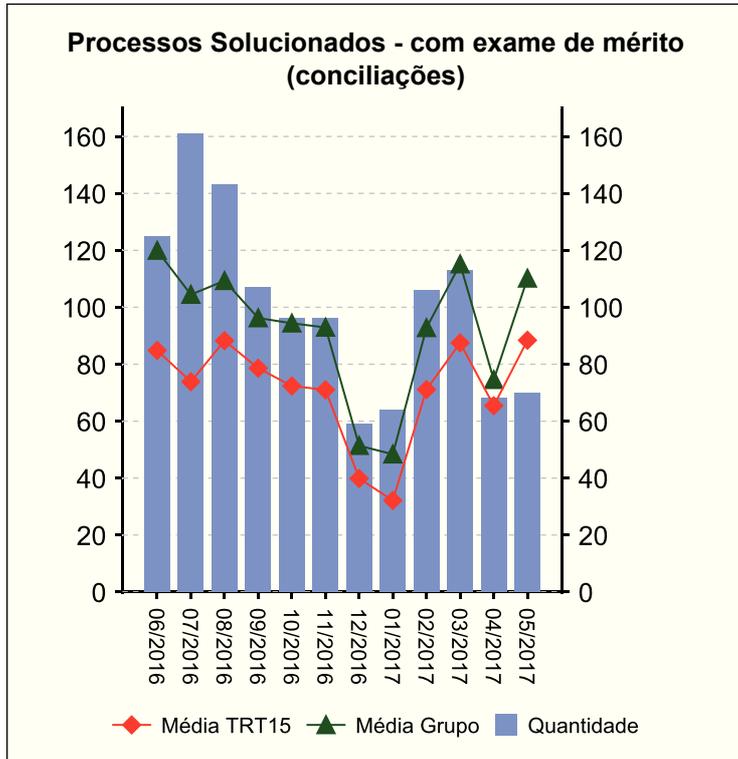
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1	0,1	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	807	67,3	33,0
Sessões de audiência realizadas - una	2.772	231,0	113,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	49	4,1	2,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	148	12,3	6,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	3.579	298,3	146,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	197	16,4	8,1
Dias-Juiz	734	61,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	10.303	78,1	35,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	10.604	68,0	36,5
Sessões de audiência realizadas - una	21.783	139,6	75,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	3.024	19,4	10,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	2.040	13,1	7,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	32.387	207,6	111,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	5.064	32,5	17,4
Dias-Juiz	8.709	55,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	117.277	68,8	41,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	94.194	51,3	33,0
Sessões de audiência realizadas - una	153.027	84,5	53,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	35.406	19,3	12,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	34.124	18,6	12,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	247.221	134,7	86,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	69.530	37,9	24,4
Dias-Juiz	85.585	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

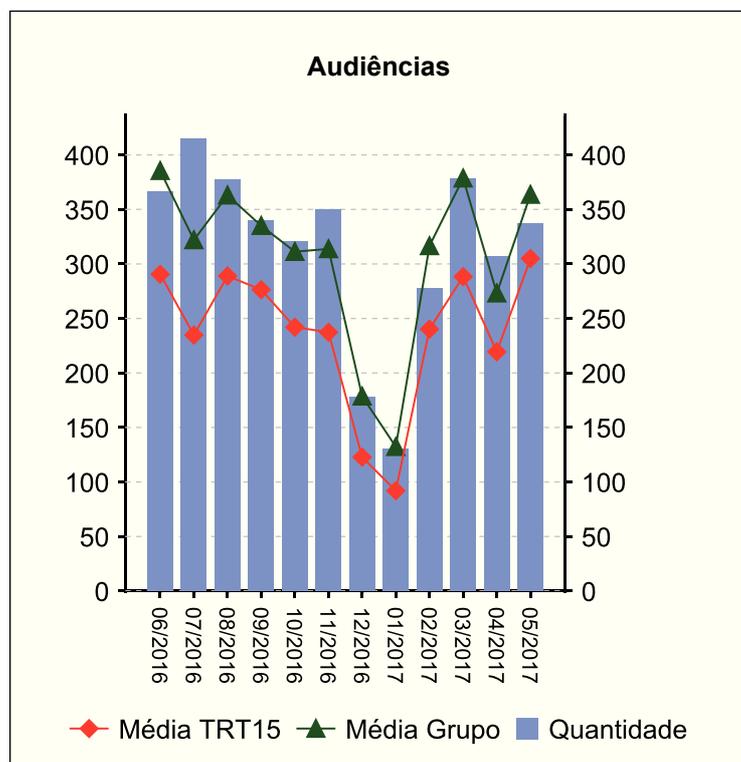


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

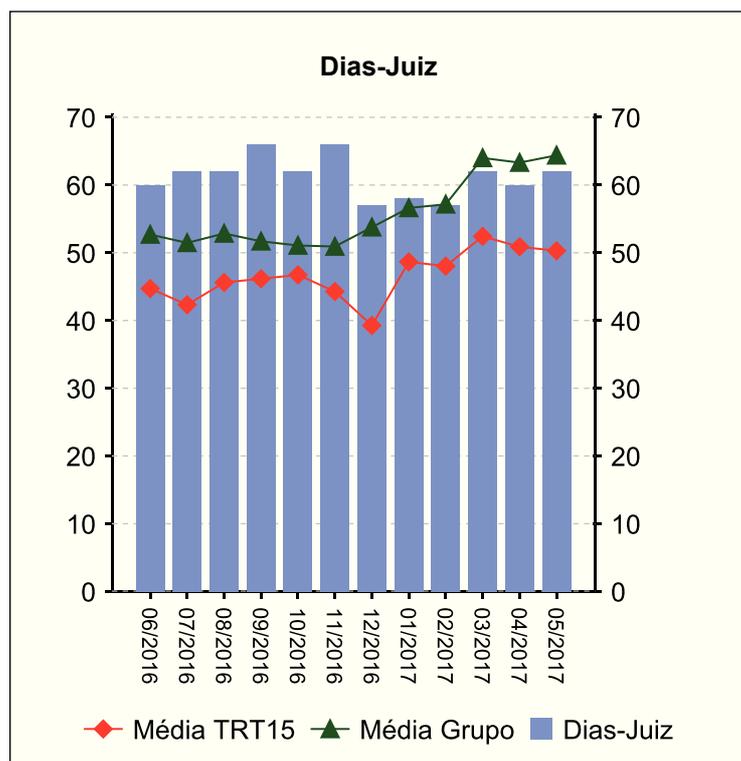
[06/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2016	2	21	0	31	312	366
07/2016	22	13	0	36	344	415
08/2016	4	0	0	70	303	377
09/2016	0	22	0	65	253	340
10/2016	0	18	0	60	243	321
11/2016	6	5	0	82	257	350
12/2016	1	16	0	47	114	178
01/2017	2	1	0	45	82	130
02/2017	3	5	1	83	186	278
03/2017	0	27	0	99	252	378
04/2017	7	8	0	88	204	307
05/2017	2	12	0	101	222	337
Total	49	148	1	807	2772	3777



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2016	60
07/2016	62
08/2016	62
09/2016	66
10/2016	62
11/2016	66
12/2016	57
01/2017	58
02/2017	57
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	62
Média Mensal	61,2



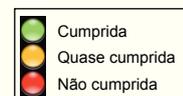
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

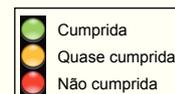
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
3553	3363	190	296	280	95 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

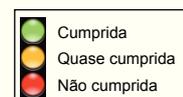
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
3170	2853	3037	0	280	84	30 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1201	2204	0	100	184	100 %





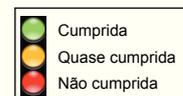
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

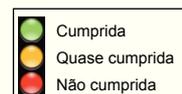
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
28	26	2	1	96 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
384	617	376	36 % 





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [08/2016 a 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 3.060,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 182.098,41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 05/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	1
2012	3
2013	16
2014	83
2015	368
2016	1459
2017	1447



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA e Assistentes de Juiz)	Ideal Port. GP 39/2017 (exceto OJA e Assistentes de Juiz)
3.309	A partir de 3001	19-20	15	14

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico déficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência estabeleceu na Portaria GP nº 39/2017 novo ideal para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (não considerados os Assistentes de Juiz), até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está acima dos parâmetros previstos na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: dados apurados no Projeto APOIA15, em 11/04/2017)

	PJe		SAP
Data de corte:	20/12/2015	Data de corte:	20/12/2015
Saldo:	9	Saldo:	6
		Total:	15

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de



resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,70.

Além disso, a Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e segue acompanhado. As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 84/2017 – PROAD.

15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 27/06/2017)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RENATO FERNANDES DE OLIVEIRA	6	09/08/2016
TOTAL	6	-

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
MARIA ROSA PIMENTEL PEREIRA LIMA	3	09/05/2017
TOTAL	3	-

16 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n° 0010566-77.2016.5.15.0010, 0012821-42.2015.5.15.0010; e 0010263-97.2015.5.15.0010;



16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 28/06/2017, verificou-se a existência de 1.277 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0031400-34.1998.5.15.0010, 0121600-38.2008.5.15.0010 e 0055400-93.2001.5.15.0010);

16.3 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0000201-32.2014.5.15.0010; 0002678-62.2013.5.15.0010; 0000229-34.2013.5.15.0010;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em 04 dias da semana, segundo consulta ao PJe no período de 28/06/2017 a 30/03/2018;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 148 no período de 06/2016 a 05/2017;

16.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,58 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que



aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Rio Claro apresenta 58% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 61,2 dias-juíz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (55,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (49,4) próxima à média de referido grupo (49,7). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 62,5, enquanto a média do grupo foi de 67,1 e a média do TRT de 51,5.

Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 95% e 36%, respectivamente (item 11).

18 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJe realizada em 27/06/2017, às 17h10, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	-	-	-
UNAS	19/03/2018	-	265
INSTRUÇÕES	27/03/2018	-	273
CONCILIAÇÃO	12/07/2017	1	15
MEDIAÇÃO			

Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são mantidos em pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da



perícia.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	6		3			
	tarde	8		3			
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	6		3			
	tarde	8		3		5	
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã	10*					
	tarde	10*					

*há uma pauta no PJe – julho

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	6		3			
	tarde	3		3			
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã	6		3			
	tarde	8		3			
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando ser utilizado o gabinete ao lado da sala principal de audiência para realização



de mediações. Indicou pauta de 5 mediações por dia, nas quartas e nas quintas-feiras, totalizando 10 audiências semanais (em média). Destacou que as mediações sempre são realizadas por 2 (dois) servidores, com formação específica do Tribunal, com a supervisão direta de um magistrado. Informou, ainda, que o índice de acordo no mês de junho foi da ordem de 90%.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/05/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (146,3 – RARIA) superior a média mensal do grupo (111,6 - RARIA), bem como com a média do TRT (86,7), de acordo com os atuais critérios adotados.

Sugere-se para otimizar a pauta que o Juízo analise a viabilidade de implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e



também às hastas designadas para 2017.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20.2 – realizar a gestão da pauta, ainda que a Unidade adote a pauta automática no PJe, para adequada triagem dos feitos a serem incluídos ou excluídos de pauta, otimizando seu aproveitamento e priorizando os feitos submetidos ao rito sumaríssimo e tramitação preferencial;

20.3 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;



21.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.5 – estabelecer a divisão do tempo de trabalho dos servidores da unidade quando coexistirem processos físicos e eletrônicos em tramitação, diariamente, conforme o disposto no art. 2º, VII, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012;

21.6 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013, que trata da padronização dos setores destinados das ocorrências do SAPIG;

21.7 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, CENIB, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

21.8 – proceder a regular habilitação do GIE e dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

21.9 – cumprir integralmente o Item IV, Ordem de Serviço nº 03/2015, que determina: “IV – As diligências que demandem a presença de Leiloeiro, caso das remoções, serão agendadas com antecedência mínima de 48 horas, à exceção daquelas consideradas de extrema urgência por despacho exarado pelo juízo responsável pela execução”;

21.10 – cumprir integralmente o disposto na alínea “c”, inciso IV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “c) cadastramento, pela secretaria, dos dados do processo e do devedor no sistema informatizado desenvolvido para acompanhamento das execuções, no site deste Tribunal”, uma vez que foi verificado, por amostragem, a distribuição de mandado ao OFJ sem o devido cadastramento no Sistema Exe15, exemplos: 0001965-87.2013.5.15.0010 e 0011085-86.2015.5.15.0010;

21.11 – cumprir integral e imediatamente a alínea “h”, inciso V, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que dispõe: “V – Distribuído o mandado, caberá ao Oficial de Justiça: h) o cadastramento no sistema informatizado da penhora efetivada e/ou a inclusão da certidão circunstanciada que relate informações das diligências realizadas, destacando se as pesquisas levaram à conclusão inicial de que o devedor é insolvente”, pois foi verificado, por amostragem, a devolução de mandados pelo OFJ sem o cadastramento da diligência cumprida, exemplo: 0011085-86.2015.5.15.0010;

21.12 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo, ao contrário do verificado na certidão anexada ao processo nº 0011085-86.2015.5.15.0010.



22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	11741-09.2016.5.15.0010	Processo eletrônico na tarefa “cumprimento de providências”, subcaixa “Razões Finais”, com prazo vencido para manifestação das partes em 22/06/2017.	Encaminhar o processo para a caixa de tarefa “minutar sentença”, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
2	10289-61.2016.5.15.0001	Processo eletrônico na tarefa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”, com prazo para cumprimento vencido.	O processo se encontra na raiz da tarefa aguardando cumprimento de acordo ou pagamento. Determina-se a tramitação do feito. Há outros 107 processos na raiz. Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes.
3	12657-77.2015.5.15.0010	Processo eletrônico na tarefa “aguardando término dos prazos”, mas não se encerrará automaticamente, pois na aba “expedientes” há prazo zerado.	Determina-se a tramitação do feito e observância da necessidade de registrar adequadamente os prazos processuais para controle do sistema. Há outros processos que demandam análise na mesma tarefa.
4	11941-16.2016.5.15.0010	Processo eletrônico na tarefa “Análise do Conhecimento”, desde 18/03/2017, com determinação para notificação do reclamado.	Determina-se a tramitação do feito sem fragmentação de atos processuais. Frisa-se ser essa uma tarefa intermediária, na qual os feitos não devem ser mantidos, mas que, no entanto, concentrava 503 processos na data da pesquisa.
5	2022-42.2012.5.15.0010	Processo na variável 61 do e-Gestão “Processos aguardando o encerramento da Instrução”, com última ocorrência “ROM”, de 22/11/2016, com prazo vencido para razões finais, mas sem lançamento de conclusão (“PAN”)	Determina-se a regularização dos movimentos processuais, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015. Se extraviado, adotar providências para restauração.
6	2114-65.2011.5.15.0010	Processo na variável 346 do e-Gestão (pendentes de finalização na fase de liquidação) com ocorrência “CGA – em carga com o advogado” desde 25/04/2017, com prazo vencido para manifestação, e posterior arquivamento.	Determina-se a análise para prosseguimento do feito e contato com o advogado para observância dos prazos.
7	3057-71.2011.5.15.0010	Processo na variável 346 do e-Gestão (pendentes de finalização na fase de liquidação), com expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, em 09/08/2016.	Determina-se o cumprimento da diligência.
8	749-91.2013.5.15.0010	Processo na fase de execução, pendente na variável 117 do e-Gestão (embargos de declaração pendentes), com decisão proferida por despacho em 13/01/2017.	Verifica-se que não houve o correto lançamento do movimento. Determina-se saneamento do feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante.
9	0248200-41.2007.5.15.0010	Processo pendente na variável 150 do e-Gestão (embargos à execução pendentes), com petições protocoladas de 30/09/2016 e	Determina-se a análise para prosseguimento do feito.



		23/06/2017, sem conclusão ao Magistrado.	
10	0002000-18.2011.5.15.0010	Processo na ocorrência “DCA – Devolução de Carga” desde 10/01/2017, com ocorrência anterior que indica migração ao PJe.	Verifica-se que ao retornar para a Secretaria o feito não recebeu os lançamentos que confirmam transparência à real situação em que se encontra, e consequentemente, essa identificação não será possível ao público que realizar consulta ao andamento processual. Há outros 23 processos na mesma ocorrência. Determina-se a regularização dos lançamentos.
11	0000716-04.2013.5.15.0010	Processo na ocorrência “LNS – Lançamento de solução”, desde 06/09/2016.	Tramitar o feito, com lançamentos que confirmam transparência ao acompanhamento processual, sem fragmentação de tarefas.
12	0109800-52.2004.5.15.0010	Processo na ocorrência “BDT – registrada inclusão de dados no BNDT” desde 16/11/2016.	Tramitar o feito com efetividade, conforme determinado no despacho anterior, sem fragmentação de tarefas.
13	0002022-42.2012.5.15.0010	Processo com ocorrência “ROM – em trânsito para o Magistrado” desde 22/11/2016. É processo pendente na meta 2, CNJ.	Tramitar o feito, com lançamento da conclusão ao Magistrado se já recebido, especialmente considerando tratar-se de processo pendente da Meta 2, CNJ. Em situação semelhante, também na Meta 2, os processos 635-89.2012, 1431-46.2013.
14	0184700-79.1999.5.15.0010	Processo com ocorrência “DES – despacho” desde 31/03/2016.	Tramitar o feito, cumprindo-se o determinado no despacho, sem fragmentação de tarefas.

23 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de Conhecimento

Verificado que as anotações de CTPS têm sido realizadas com hora marcada no balcão da Unidade, a Corregedoria sugere que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado.

Triagem inicial. Pauta automática com a exclusão de processos com perícia, matéria de direito e órgãos públicos. Perícias de órgãos públicos são prosseguidas por meio de despacho e perícias de empresas privadas são incluídas em pautas de audiências una. Constata-se que há estudo no sentido de não mais se designar audiência una para aquelas empresas que, sabidamente, não fazem acordo, para, então, determinar a perícia por despacho. A designação de audiência para prosseguimento acontece em alguns casos.



Adota-se, atualmente, que o próprio perito acesse o seu painel no PJe, tomando conhecimento de sua nomeação. Tem agenda do perito e as partes são intimadas da data da perícia, quando não se fazem presentes no ato da nomeação. Uma vez designada a perícia, oportunamente, o processo voltará para a Secretaria para análise da audiência de instrução ou para julgamento. Os honorários periciais prévios não são depositados em conta bancária do perito e são liberados somente após a entrega do laudo.

Verifica-se que a Unidade tem a prática de reservar um horário para priorizar os processos que requeiram tramitação preferencial, a requerimento da parte. A prioridade é dada, inclusive, para as cartas precatórias de inquirição de testemunha.

A notificação para testemunha é utilizada com a ata de audiência com força de intimação.

Verifica-se que apenas uma empresa – usina de álcool – a notificação ocorre por correspondência eletrônica que foi uma demanda da própria reclamada. As demais notificações iniciais são encaminhadas pelo Correio, nada obstante, a Unidade tenha constatado a precária prestação de serviços do Correio. Nesse sentido, a Corregedoria sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, o Diretor da Unidade encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional. Constata-se que é elevado o número de devolução de notificação inicial, porque, notadamente, é grande o número de inconsistências de qualificação das partes por parte dos advogados que demandam atuação da Unidade, sem grande êxito, haja vista que os peticionantes costumam reincidir no erro.

Quanto ao mais, a Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica, sobretudo, para as iniciais, aproveitando-se das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a Unidade, a quem compete realizar a notificação inicial não pessoal. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal. Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que



não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

No tocante à atuação do secretário de audiência, a Corregedoria sugere a seguinte prática:

a) após a importação das audiências do sistema AUD para o PJE, no sistema PJE que seja selecionada a aba “Audiências/Integração com AUD/Verificar audiências importadas”;

b) aberta a janela “Sistema AUD - Importação”, seja definido o dia ou período da audiência com a qual se trabalhará e, na sequência, definido o processo  ;

c) aberto o processo, ainda na janela “Sistema AUD – Importação”, que seja selecionado a última aba à direita “Observação” e ali, registrado um breve relato das deliberações de audiência;

d) assim, ao consultar o agrupador “Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)”, aquele breve relato fica, facilmente, visível na coluna “Ações”.

Verifica-se que há tramitação ROM sem o prosseguimento, porque a Unidade não tem a confirmação de recebimento do processo pelo magistrado, impedindo-a de tornar o processo concluso para prolação de sentença. Nesse sentido, a Corregedoria determina que a Unidade entre em contato com o magistrado para obter informações sobre o efetivo recebimento e/ou se houve extravio, adotando, se o caso, providências para restauração.

Razões finais. Verificado que a Unidade tem criada, na caixa “Cumprimento de providências”, a subcaixa “Razões Finais”, concentrando nela os processos nessa circunstância. A Corregedoria alerta para o frequente acompanhamento do vencimento de prazo de processos nessa condição para encaminhamento imediato para conclusão ao magistrado. Trata-se de observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais.

Mediação. A mediação é realizada para todas as fases processuais a pedido das partes. E há estudo para mediação na fase de conhecimento, inicialmente, para as causas de pequeno valor.

b) Fase de Liquidação

Verifica-se o seguinte procedimento: baixados do TRT, o despacho é concentrado com a determinação para a reclamada apresentar cálculos, o reclamante para impugnar e, não apresentados os cálculos, há designação de perito. Às reclamadas que sabidamente



tem o cálculo impugnado, a prática foi alterada para que o reclamante apresente o cálculo primeiro. Significa dizer que a liquidação é encaminhada, segundo a reclamada. A determinação para depósito do valor que a reclamada entende devido está em estudo pela Unidade.

Mediação na liquidação e execução tem sido bastante exitosos os acordos, com foco e proporcionalidade nas verbas do pedido exordial e concessão de prazo mais elástico que o comum para os recolhimentos das contribuições sociais. A mediação na fase de liquidação conta com a apresentação de cálculos por ambas as partes, seguida da homologação e citação, se não houver acordo; há designação de perícia, se os cálculos se apresentam muito discrepantes. A mediação nessas duas fases ocorre a pedido das partes, assim como, são incluídos processos baixados pelo TRT e também aqueles que transitam em julgado. São destinados dois dias na semana para realização da audiência de mediação, com a média de dez (10) audiências por semana. O não comparecimento à audiência de mediação tem cominação de multa de 20% sobre o valor da condenação.

A equipe de liquidação reconhece a relevância da participação no projeto APOIA15 e as orientações que dela se seguiram.

Atendimento a balcão, telefone e abertura de malote são realizados em rodízio semanal por cada equipe (conhecimento, liquidação e execução).

Impugnação das sentenças de liquidação e embargos à execução são minutadas pelos assistentes de juízes, assistidos pela calculista da Vara.

c) Fase de execução

A desconsideração da personalidade jurídica ocorre antes das pesquisas básicas e eventual bloqueio ocorre como arresto. A equipe relata que se concentrarão na reunião de processos do PJe, o que já foi feito com os processos físicos. Notaram que a reunião de processos permitiu arquivamento de muitos processos, contudo tem demandado alguns ajustes não previstos, seja quando há conciliação ou pagamento da execução.

Reitera-se com a equipe de execução, a sugestão para as notificações eletrônicas. Decorrente da conversa com os OFJ, para notificação eletrônica, fica determinado que os endereços eletrônicos sejam compartilhados com a equipe de conhecimento, a quem compete realizar, sobretudo, a notificação das iniciais. Insiste-se na intensificação da notificação eletrônica, mesmo porque, no âmbito da 15ª Região, há unidades utilizando-a, inclusive, para citação. A próxima versão do PJe contemplará a notificação por e-mail é o que se esclarece.



Verifica-se que a comunicabilidade entre o GIE e o OFJ é boa e a parametrização local reduziu bastante os questionamentos havidos anteriormente.

A mediação na Unidade já tem mais de um ano e o risco da penhora de bens tem estimulado o reclamado a requerer e comparecer à audiência de mediação. Relata que a mediação arrecadou, em junho deste ano, a cifra de R\$ 1.500.000,00 e foi exitosa em 90% das audiências.

Ao mediador da Unidade compete a realização da mediação em dois dias da semana e um dia para análise das petições de acordo, de ratificações de acordo e de vencimentos de prazos para cumprimento de acordo.

Verifica-se elevado número de notificações iniciais oriundas do Fórum de São Carlos para notificação de reclamada que autorizou o recebimento por meio eletrônico (e-mail). O assunto será objeto de orientação por ocasião da correição ordinária a ser realizada naquele Fórum no período de 02 a 04/08, do corrente ano.

d) Diretor e Assistente

Foram reiterados com o Diretor e o Assistente de Diretor, as seguintes práticas:

- que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, o Diretor da Unidade encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional;
- determinação em sentença para apresentação de CTPS na sede da reclamada para anotação;
- o depósito de honorários prévios na conta bancária do perito, que ficou esclarecido, neste ato, que é medida em estudo;
- realização de audiência “Mediação/INI”, na fase de conhecimento, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia;
- intensificar a atuação das equipes com a concentração de atos, haja vista a ineficácia e demanda de tempo decorrentes da fragmentação de atos.



24 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Estiveram presentes o Dr. Mozart Gramiscelli Ferreira, OAB 187.716, Presidente da OAB, a Dra. Maria Fernanda Biscaro, OAB 215.286 e a Dra. Sandra Maria dos Santos, OAB 127.659 que elogiaram o atendimento dado pelas Juízas e servidores da Vara. Outrossim, postularam um andamento mais célere das execuções, propondo, por exemplo, a pronta homologação da parte incontroversa reconhecida nos cálculos elaborados pela executada. Solicitam, ainda, a rediscussão do ato normativo que fixou o delta da VT Rio Claro, pois o número de servidores é insuficiente para dar conta de mais de 3.000 processos.

25 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

25.1 – A MMa. Juíza Titular DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI reside na jurisdição. A Juíza Substituta Auxiliar Fixa KARINE DA JUSTA TEIXEIRA ROCHA reside na sede da circunscrição. Por outro lado, a Juíza Substituta REBECA SABIONI STOPATO apresentou solicitação para residir fora da sede de circunscrição, ainda, em análise no PROAD 2066/2017.

25.2 – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre autorização para residir fora da sede da circunscrição.

25.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

25.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 84/2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



26 – ENCERRAMENTO:

No dia 05 de julho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.